



## LEI MUNICIPAL Nº 1.025, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

“Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual – PPA, instituído pela Lei Municipal nº 987/2017 e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica aprovada a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2018-2021 do Município, incluindo a administração indireta, para o período 2019, conforme autoriza a lei 987 de 22 de Dezembro de 2017.

**Art. 2º** A Revisão do Plano Plurianual 2018-2021, especialmente em relação ao período de 2019 compreende a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental, bem como consiste na atualização mediante inclusões de ações e metas para o exercício seguinte, criadas através de leis específicas e inclusas através deste projeto, revalidadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e posteriormente na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As adequações efetuadas alteram as metas financeiras globais da Administração Direta e Indireta, tomando por base o arrecadado nos último exercício e a arrecadação até o julho/2017, passando o valor a ser de R\$ 96.350.000,00 (Noventa e Seis Milhões, Trezentos e Cinquenta Mil Reais) para 2019, totalizando R\$ 87.850.000,00 (Oitenta e Sete Milhões, Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) para Administração Direta, sendo R\$ 84.800.000,00 (Oitenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais) para Prefeitura Municipal e R\$ 3.050.000,00 (três mil e Cinquenta Reais para o Legislativo) e R\$ 8.500.000,00 (Oito Milhões e Quinhentos Mil Reais) para a Administração Indireta – Previpaz.

§ 2º Fica autorizado a exclusão de ações previstas para 2019, junção de outras, com objetivos parecidos, visando uma melhor execução orçamentaria, com menos remanejamentos e transposições de recursos.

**Art. 3º** Passa a fazer parte desta lei o **Anexo I** – Consolidação dos Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias, que demonstram as ações, metas, projetos e atividades que passam a vigorar em 2019.

**Art. 4º** Fica substituído o relatório de **Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo** da Lei 987/2017, pelo **Anexo I** desta lei, que engloba todas alterações efetuadas.



ESTADO DE MATO GROSSO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO



**Art. 5º** Os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual serão elaborados, a cada ano, de forma compatível com a Lei do Plano Plurianual e suas revisões;

**Art. 6º** A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, autorizadas por esta lei dar-se-ão por intermédio da Lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias de Dezembro de 2018.

MAURICIO FERREIRA  
DE  
SOUZA:40855740949

Assinado de forma digital por  
MAURICIO FERREIRA DE  
SOUZA:40855740949  
Dados: 2018.12.21 18:05:55  
-02'00'

**Mauricio Ferreira de Souza**  
**Prefeito Municipal**

**CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES**

3.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 05/2018.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2.018.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2.018.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) PATRULHAS MECANIZADAS, SENDO 02 (DOIS) CONJUNTOS EQUIPADOS COM: TRATOR DE PNEUS, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE ARADORA E COLHEDORA DE FORRAGENS – ORIUNDAS DE CONTRATO DE REPASSE MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA / MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 858705/2017. Empresa habilitada e vencedora DELBA VICENTINI CREMASCO – ME, inscrita no CNPJ nº 03.138.598/0001-78, com o valor global inicial de R\$ 64.300,00 (sessenta e quatro mil e trezentos reais); APROCAMPO MAQUINAS E MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 03.362.799/0001-54, com o valor global inicial de R\$ 35.980,00 (trinta e cinco mil e novecentos e oitenta reais), sendo que o item 40136 – trator agrícola ficou prejudicado devendo ser objeto de novo certame de licitação**

Nova Xavantina – MT, 26 de dezembro de 2.018.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO**

**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2018 EDITAL DE RDC PRESENCIAL Nº 01/2018**

**AVISO DE LICITAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2018****EDITAL DE RDC PRESENCIAL Nº 01/2018**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT, torna público que realizará na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pelo disposto no Edital e seus Anexos, ainda no disposto na Lei federal 12.983/2.014, Lei Federal nº 12.462/2011 e alterações posteriores, Decreto Federal n. 7.581/2011, e alterações posteriores, e com base no decreto de situação de emergência nº 06/2017 e Portaria Federal da Secretaria Nacional de Defesa Civil e de reconhecimento de situação de emergência em municípios nº 28/2017 e Decreto Municipal n. 35 de 14 de Dezembro de 2018, e alterações posteriores, aplicando se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/1993, Processo nº 59053.002281/2018-08 – Ministério da Integração Nacional.

**MODALIDADE:**RDC Presencial nº 01/2018.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços necessários à elaboração de projetos básico e executivo, e execução das obras de pontes em concreto pré-moldado protendido, localizadas no Município de Novo Santo Antônio -MT.

**MODO DE DISPUTA:**ABERTO

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**MENOR PREÇO**REGIME DE EXECUÇÃO:**CONTRATAÇÃO INTEGRADA

**REALIZAÇÃO:** 21/01/2019.

**HORÁRIO:** 09h00min, horário de Mato Grosso.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/MT, no horário das 13:00 às 17:00 horas e no site oficial: [www.novosantoantonio.mt.gov.br](http://www.novosantoantonio.mt.gov.br), e através do email: [licitação@novosantoantonio.mt.gov.br](mailto:licitação@novosantoantonio.mt.gov.br).

Novo Santo Antônio - MT, 26 de Dezembro de 2018.

**GILVAN VIEIRA LUZ**

Presidente da Comissão de Licitação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.025, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.025, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.**

“Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual – PPA, instituído pela Lei Municipal 987/2017 e dá outras providências.”

Mauricio Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica aprovada a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2018-2021 do Município, incluindo a administração indireta, para o período 2019, conforme autoriza a lei 987 de 22 de Dezembro de 2017.

**Art. 2º** A Revisão do Plano Plurianual 2018-2021, especialmente em relação ao período de 2019 compreende a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental, bem como consiste na atualização mediante inclusões de ações e metas para o exercício seguinte, criadas através de leis específicas e inclusas através deste projeto, revalidadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e posteriormente na Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** As adequações efetuadas alteram as metas financeiras globais da Administração Direta e Indireta, tomando por base o arrecadado no último exercício e a arrecadação até o julho/2017, passando o valor a ser de R\$ 96.350.000,00 (Noventa e Seis Milhões, Trezentos e Cinquenta Mil Reais) para 2019, totalizando R\$ 87.850.000,00 (Oitenta e Sete Milhões, Oitocentos e Cinquenta Mil Reais) para Administração Direta, sendo R\$ 84.800.000,00 (Oitenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais) para Prefeitura Municipal e R\$ 3.050.000,00 (três mil e Cinquenta Reais para o Legislativo) e R\$ 8.500.000,00 (Oito Milhões e Quinhentos Mil Reais) para a Administração Indireta – Previpaz.

**§ 2º** Fica autorizado a exclusão de ações previstas para 2019, junção de outras, com objetivos parecidos, visando uma melhor execução orçamentária, com menos remanejamentos e transposições de recursos.

**Art. 3º** Passa a fazer parte desta lei o **Anexo I** – Consolidação dos Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias, que demonstram as ações, metas, projetos e atividades que passam a vigorar em 2019.

**Art. 4º** Fica substituído o relatório de **Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo** da Lei 987/2017, pelo **Anexo I** desta lei, que engloba todas alterações efetuadas.

**Art. 5º** Os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual serão elaborados, a cada ano, de forma compatível com a Lei do Plano Plurianual e suas revisões;

**Art. 6º** A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, autorizadas por esta lei dar-se-ão por intermédio da Lei orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2019.



Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias de Dezembro de 2018.

**MAURICIO FERREIRA DE SOUZ**

**Prefeito Municipal**

## **LEI MUNICIPAL Nº 1.026, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **LEI MUNICIPAL Nº 1.026, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.**

**“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração da Lei Orçamentária de 2019 do município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2019, da administração pública direta e indireta do Município de Peixoto de Azevedo, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Peixoto de Azevedo – PREVIPAZ compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - as metas fiscais;
- III - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII - as disposições gerais.

### **CAPÍTULO I**

#### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Prioridades e Metas para 2019- ANEXO I, que faz parte integrante desta Lei, estando de acordo com o Plano Plurianual 2019-2021, obedecendo aos objetivos estratégicos traçados no mesmo, que deve observar as prioridades com:

- I - Reduzir as desigualdades sociais e dar continuidade a transformação produtiva e extrativista ambientalmente sustentável e legal.
- II - Promover acesso universal a saúde, a previdência e a assistência social assegurando equidade e qualidade de vida;
- III - Propiciar acesso da população do município a educação, ao conhecimento, a cultura, ao esporte e ao desenvolvimento urbano.
- IV - Garantir o desenvolvimento urbano de forma ordenada e social, assegurando o uso ordenado do solo e o respeito ao meio ambiente;
- V - Democratização e aumento da eficiência da gestão pública e da excelência dos serviços prestados a sociedade, com base na melhoria da estrutura, transparência, controle sistemático dos recursos orçamentários e financeiros;

**§ 1º** - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**§ 2º** - O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

**§ 3º** - A execução das ações vinculadas as metas e as prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais - Anexo II e Anexo de Riscos Fiscais - Anexo III, que integram a presente Lei.

**Art. 3º** - A Proposta Orçamentária para 2019 poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei e as identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**Parágrafo único** - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo de metas e prioridades.

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS METAS FISCAIS**

**Art. 4º** - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2019, 2020, e 2021, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO II desta lei, que conterà ainda os seguintes demonstrativos:

**I - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício 2017;**

**II - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;**

**III - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido,**

**IV - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;**

**V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;**

**VI - Demonstrativo da Projeção atuarial do RPPS;**

**VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;**

**VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.**

**§ 1º** - Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais - ANEXO III

**§ 2º** - O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

**§ 3º** - Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de precatórios judiciais e a manutenção das atividades.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º** - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

**I - Programa**, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações visando à concretização dos objetivos pretendidos,

**II - Ação**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denomina por projeto, atividade ou operação especial;

**III - Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

**IV - Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam